

O Brasil decidiu dizer às big techs que criança não é produto



» RENATO MEIRELLES
Presidente do Instituto
Locomotiva, comunicólogo e
escritor

Era uma vez o Rafa de 10 anos. Ele queria um celular de presente de aniversário. O Pedro, 11 anos, que já tinha perfil em rede social e aceitava seguidor como quem distribui convite de festa sem olhar nome na lista. E a Marilene, mãe trabalhadora, que entregava o aparelho ao filho para ganhar meia hora de paz, resolver a vida, fazer jantar, pagar boleto, tocar o dia. Nada disso parece história extraordinária. Ao contrário: parece Brasil.

O problema é que muita gente ainda trata o celular como se fosse brinquedo de quarto. Não é. Em muitos casos, ele funciona como uma praça pública sem guarda, uma praia sem salva-vidas, um shopping sem porteiro e, em alguns corredores escondidos, até como bar, cassino e vitrine ao mesmo tempo. O ECA Digital nasce justamente para dizer o óbvio que demorou demais para virar regra: as plataformas tecnológicas têm que ser responsáveis pelo que transmitem, e criança e adolescente não podem circular nesse ambiente como se estivessem soltos num terreno sem cerca. Os dados ajudam a iluminar essa conversa. Em

uma das várias pesquisas que fizemos sobre o tema, vimos que sete em cada 10 brasileiros acham que o primeiro celular deveria chegar só a partir dos 13 anos. Mas quase nove em cada 10 percebem que o desejo aparece antes. Com rede social, a contradição se repete: a maioria considera que o acesso deveria começar depois, mas reconhece que a vontade bate mais cedo. Em português claro: o portão está sendo aberto antes da hora, e o porteiro ainda nem sentou na cadeira.

Quando olho para a exposição digital, a cena fica mais séria. Três em cada quatro crianças e adolescentes já têm perfil próprio em rede social. Um em cada três está com a conta totalmente aberta. Quase metade não controla seguidores. E seis em cada 10 já expõem rotina, família ou localização. É como se o Rafa fosse brincar na rua com crachá no peito, endereço no bolso e mapa da escola pendurado no pescoço. Nenhum pai faria isso na vida física de propósito. No digital, isso vinha acontecendo quase como paisagem.

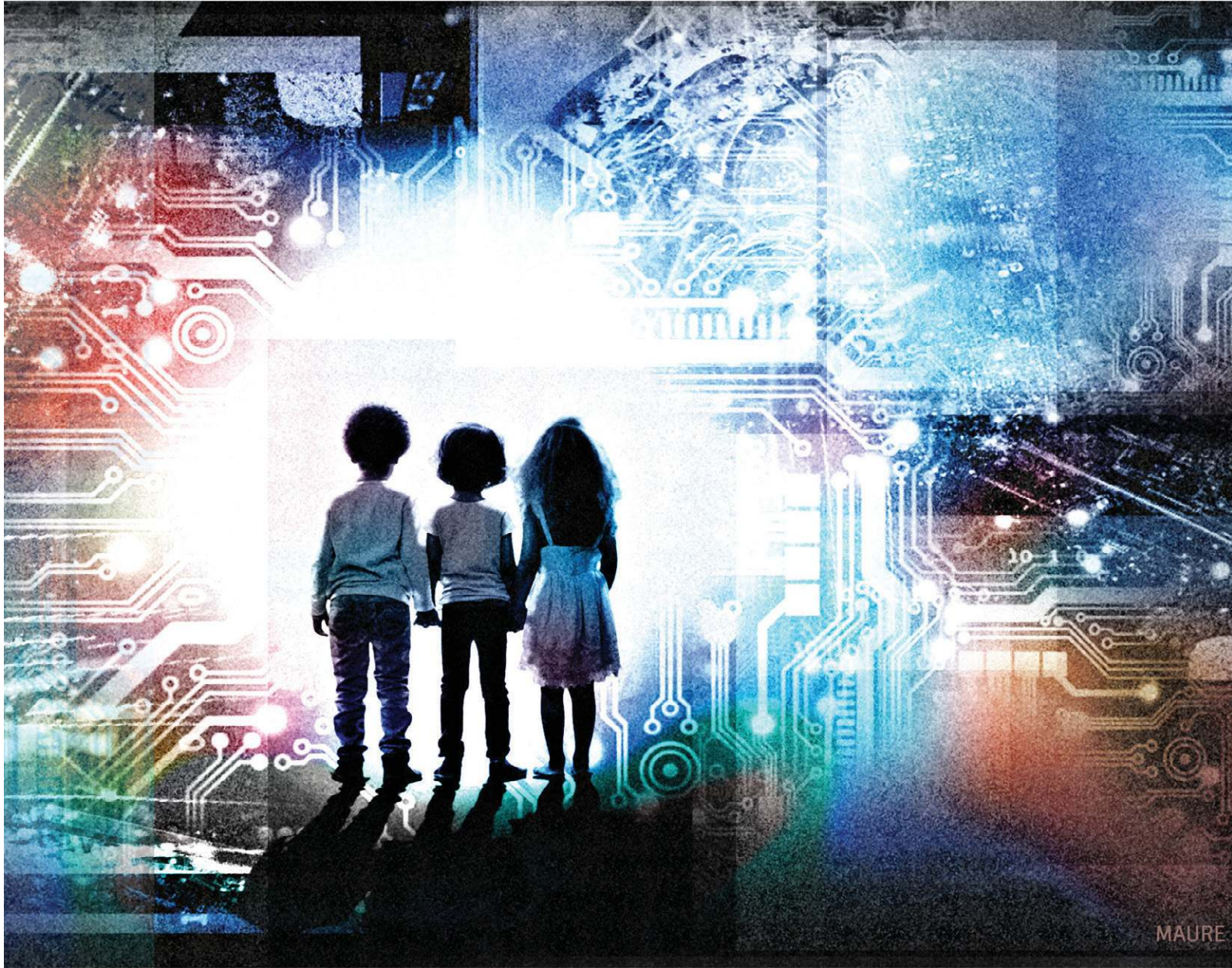
Por isso essa lei importa tanto. Ela não foi feita para demonizar tecnologia nem para transformar pai e mãe em carcereiros de tela. Ela foi feita para dividir a responsabilidade com as empresas e trazer para o mundo on-line o mesmo critério civilizatório que já usamos fora dele. Se ninguém pode vender bebida alcoólica para uma criança de 12 anos na porta da escola, também não pode usar aplicativo, cadastro frouxo e clique fácil para empurrar conteúdo adulto, aposta ou produto proibido para menor. Trocar o balcão pela tela não torna a infração mais

moderna. Só a deixa mais disfarçada.

A mudança de espírito é essa: antes, boa parte do risco ficava toda nas costas da família. Agora, a plataforma também entra na conta. Passa a haver obrigação de verificar idade, criar proteção real, dificultar acesso indevido, reduzir exploração comercial da infância e impedir que menino e menina sejam tratados como público-alvo em fase de captura. Porque criança não é lead. Adolescente não é dado para ser minerado. Infância não é matéria-prima de algoritmo.

Há outro detalhe revelador. Quase nove em cada 10 pais dizem estar preparados para proteger os dados dos filhos. Mas a prática desmente a autoconfiança: metade sequer configura conta infantil ou ferramentas de moderação, e a ampla maioria desconhece riscos básicos que podem levar a vazamentos. Não é falta de amor. É falta de instrumento, de informação e, muitas vezes, de regra clara. Marilene não precisa de sermão. Precisa de ajuda. Precisa que a lei diga para o mercado o que a vida real já gritava: não dá para jogar toda a responsabilidade no colo de quem já carrega o mundo nas costas.

No fundo, o ECA Digital faz uma coisa simples e poderosa. Ele lembra que internet é rua. E rua sem regra não é liberdade; é abandono. Lei boa não acaba com a brincadeira. Lei boa instala boia na praia, grade na escada, faixa na avenida e porteiro na entrada. O Brasil demorou, mas começou a entender que proteger a infância no ambiente digital não é censura. É cuidado.



Desafio da inclusão: transformar direitos em realidade



» RODRIGO ROLLEMBERG
Deputado Federal e presidente
da Comissão de Defesa dos
Direitos das Pessoas com
Deficiência da Câmara dos
Deputados

O Brasil possui hoje um dos conjuntos de leis mais avançados do mundo na proteção dos direitos das pessoas com deficiência. A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU, incorporada ao nosso ordenamento com status constitucional, e a Lei Brasileira de Inclusão representam marcos históricos na construção de uma sociedade mais justa. Essas normas mudaram profundamente a forma como compreendemos a deficiência. O foco deixou de ser a limitação do indivíduo e passou a ser as barreiras impostas pela própria sociedade, físicas, comunicacionais, institucionais e, muitas vezes, atitudinais.

No entanto, duas décadas após a Convenção, precisamos reconhecer um desafio que ainda

persiste: transformar direitos escritos em direitos vividos no cotidiano das pessoas.

Segundo dados do IBGE, milhões de brasileiros convivem com algum tipo de deficiência. Para muitos deles, a inclusão ainda encontra obstáculos concretos: transporte inacessível, dificuldades de inserção no mercado de trabalho, falta de tecnologia assistiva e barreiras educacionais que limitam o pleno desenvolvimento.

Isso significa que o desafio da inclusão não está mais apenas na criação de leis. Ele está, sobretudo, na implementação efetiva dessas políticas públicas.

Nos últimos anos, o Brasil deu passos importantes. O reconhecimento da Libras, os avanços na educação bilíngue para pessoas surdas, as políticas voltadas ao autismo e o fortalecimento da Lei Brasileira de Inclusão demonstram que o país vem construindo um caminho sólido. Mas sabemos que a inclusão não acontece apenas por decreto.

Ela exige investimento público, compromisso institucional e, sobretudo, mudança de mentalidade.

É com esse espírito que a Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência da Câmara dos Deputados vem construindo sua agenda de trabalho. Recentemente, realizamos encontros

com entidades representativas, especialistas, Ministério Público e organizações da sociedade civil para ouvir diferentes perspectivas e identificar prioridades para os próximos anos.

Nosso objetivo é claro: fortalecer o papel do Parlamento não apenas na elaboração de leis, mas também na fiscalização da sua aplicação.

O princípio que orienta essa atuação é conhecido internacionalmente e sintetiza bem o espírito da Convenção: “Nada sobre nós, sem nós.”

As próprias pessoas com deficiência precisam estar no centro das decisões que impactam suas vidas. Celebrar os 20 anos da Convenção da ONU é importante, mas mais importante ainda é garantir que seus princípios estejam presentes nas escolas, nas cidades, no mercado de trabalho e em todos os espaços da vida social.

A inclusão não é uma concessão. Ela é um direito constitucional e um imperativo democrático.

Uma sociedade que remove barreiras não beneficia apenas as pessoas com deficiência. Ela se torna mais humana, mais acessível e mais justa para todos.

O compromisso que renovamos agora é o de seguir trabalhando para que o Brasil seja, de fato, um país onde ninguém fique para trás.

Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

O progresso como avanço da poeira

“Ao progresso cabe o avanço da poeira”, escreveu o satirista austríaco Karl Kraus. A frase, aparentemente simples, carrega uma crítica profunda: nem todo avanço técnico ou econômico representa, de fato, um avanço humano. Quando o chamado progresso deixa de servir à dignidade das pessoas, ele se converte em força bruta, uma máquina que constrói à superfície, enquanto empurra para debaixo dela tudo aquilo que não quer ou não sabe resolver. Essa contradição torna-se visível de forma incômoda no Brasil contemporâneo e, de maneira particularmente simbólica, em Brasília.

Cidade planejada, concebida como expressão máxima da modernidade urbanística do século 20, Brasília deveria representar ordem, racionalidade e desenvolvimento. No entanto, por baixo de suas vias largas, seus eixos monumentais e sua arquitetura celebrada internacionalmente, cresce uma realidade paralela que desafia qualquer narrativa otimista sobre progresso. Sob viadutos, em áreas esquecidas e até mesmo em galerias pluviais, comunidades inteiras de pessoas vivem à margem daquilo que se convencionou chamar de desenvolvimento. Não se trata apenas de indivíduos isolados, mas de agrupamentos humanos que, privados de acesso à moradia digna, trabalho formal e assistência contínua, acabam criando formas precárias de sobrevivência em espaços que nunca foram pensados para abrigar a vida humana.

Um dos exemplos mais emblemáticos dessa situação encontra-se na região do Lago Norte, onde estruturas do complexo viário da nova Braguetta passaram a servir de abrigo improvisado para uma população invisível. Ali, entre concreto, sombra e fluxo constante de veículos, forma-se uma espécie de cidade subterrânea, distante do olhar cotidiano de quem transita acima.

É o retrato literal da poeira de que falava Kraus, aquilo que o progresso levanta, mas prefere não enxergar. O fenômeno não é exclusivo da capital brasileira. Em Nova York, uma das metrópoles mais ricas do planeta, comunidades semelhantes se formaram ao longo das últimas décadas nos subterrâneos do sistema de transporte da Metropolitan Transportation Authority. Reportagens e estudos acadêmicos documentaram a existência de populações vivendo em túneis de metrô, em condições extremas, longe da visibilidade pública e das políticas sociais convencionais.

Comparação entre essas realidades revela um ponto inquietante: níveis distintos de riqueza ou desenvolvimento não impedem a formação de bolsões de exclusão profunda. O que está em jogo não é apenas a capacidade econômica de uma sociedade, mas sua disposição política e moral de integrar todos os seus membros ao espaço público.

No Brasil, dados recentes do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) indicam crescimento significativo da população em situação de rua nos últimos anos. Estimativas apontam para centenas de milhares de pessoas vivendo nessas condições em todo o país. Esse aumento não pode ser explicado apenas por fatores individuais. Ele reflete falhas estruturais em políticas habitacionais, mercado de trabalho e redes de proteção social.

Retomando a provocação de Kraus, percebe-se que o progresso material, quando desvinculado da dignidade humana, produz efeitos paradoxais. Grandes obras, expansão urbana e crescimento econômico coexistem com a ampliação da exclusão social. O mesmo trator que abre avenidas e ergue edifícios pode, simbolicamente, empurrar pessoas para as margens invisíveis da cidade. O filósofo Zygmunt Bauman descreveu fenômeno semelhante ao falar da “modernidade líquida”, na qual estruturas sociais se tornam instáveis e indivíduos, considerados “excedentes”, acabam sendo descartados pelo sistema. Em sociedades marcadas por eficiência e produtividade, aqueles que não conseguem se integrar ao ritmo econômico dominante frequentemente são empurrados para fora do campo de visão. Brasília, com todo o seu simbolismo político e arquitetônico, torna essa contradição ainda mais evidente.

A cidade que abriga os centros de decisão do país convive, ao mesmo tempo, com realidades que parecem pertencer a outro mundo. A poucos quilômetros dos palácios e das instituições, multiplicam-se sinais de abandono social. Importante ressaltar que a existência dessas comunidades não representa apenas uma questão social, mas também um desafio ético e político. Ela questiona diretamente o sentido do desenvolvimento adotado.

Se o progresso não alcança aqueles que mais precisam, ele cumpre plenamente sua função? Ou estaria apenas redistribuindo benefícios de forma desigual, ampliando distâncias já existentes? Editorialmente, a resposta não pode ser confortável. Ignorar essas realidades significa aceitar uma definição de progresso que exclui parte da população. Significa admitir que o avanço material pode coexistir com a degradação humana sem que isso seja considerado um problema central. A imagem da poeira levantada pelo progresso, evocada por Kraus, ganha assim uma dimensão concreta. Reconhecer essa realidade é o primeiro passo. Torná-la visível é o segundo. O terceiro, e mais difícil, é enfrentar as causas estruturais que produzem esse tipo de exclusão. Sem isso, o que continuará avançando não será apenas o progresso, mas também a poeira encobrindo, silenciosamente, aquilo que uma sociedade prefere não ver.

A frase que foi pronunciada:

“Nossas vidas começam a terminar no dia em que nos calamos sobre as coisas que importam.”

Martin Luther King Jr.

História de Brasília

Pois bem. O mesmo serviço de imprensa anunciava que terça-feira o presidente viajaria para Brasília. O sr. João Goulart, contrariando a previsão, chegou segunda-feira. (Publicada em 16/5/1962)